

# Os três planos para a economia *Brasil*

por Cláudia Safatle  
de Brasília

A área econômica do governo está trabalhando em três frentes, com três planos diferentes, para atuar daqui por diante. A equipe que assumiu o Ministério da Fazenda está elaborando um plano de ajuste interno, que também fundamentará as negociações com os credores internacionais. Paralelamente a esse plano interno, que os credores vão receber, a área econômica montará uma proposta de renegociação da dívida externa, enquanto a Secretaria do Planejamento (Seplan) constrói um novo plano de ação governamental, que é um programa de metas de médio e longo prazos, que substituirá o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), preparado pelo ex-ministro João Sayad.

A equipe do Ministério da Fazenda ainda não colocou no papel quais são as propostas brasileiras para a renegociação da dívida externa. A tendência é prosseguir no modelo de renegociação em termos multianuais, envolvendo o estoque da dívida. O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, antecipou sua preferência pelo sistema de capitalização dos ju-

ros da dívida externa, e o presidente do Banco Central (BC), Fernando Miliet, mencionou em seu discurso de posse que o BC regulamentará nos próximos dias a conversão da dívida em capital de risco. São dois esquemas que devem fazer, portanto, parte de um cardápio de alternativas que o governo brasileiro apresentará aos credores.

Falta, também, definir as funções de cada setor que compõe a comissão de assessoramento do presidente da República com relação à dívida externa. O decreto que criou a comissão diz que o Ministério da Fazenda fará a sua regulamentação. Não se sabe, porém, quem vai sentar-se com os bancos privados credores, se o embaixador extraordinário da comissão, ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, se o presidente do BC, ou se o próprio Bresser Pereira. Não há uma agenda pré-determinada para a renegociação da dívida e o ministro da Fazenda adiantou que quebrará um ritual da administração anterior, do empresário Dilson Funaro, recebendo ele próprio a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que chega na próxima semana a Brasília. Funaro,

em vinte meses de gestão, não falou com os técnicos do Fundo.

A base do plano de ajuste interno é a recuperação dos indicadores criados pelo FMI a partir da primeira carta de intenção do Brasil ao Fundo, em 1983. Ou seja, resgatar as metas de balanço de pagamentos, fixadas trimestralmente; a necessidade de financiamento do setor público não financeiro; as metas mensais para as oferta e base monetárias; e os limites para o endividamento externo líquido.

São metas que comporão o plano de ajuste interno e que faziam parte do memorando técnico de entendimentos, documento que acompanhava a carta de intenções ao FMI. Isso não significa que o Brasil venha a fazer um acordo formal com o Fundo, na concepção dos novos assessores do Ministério da Fazenda, mas, de certa maneira, Bresser Pereira se antecipa à fixação de metas para a economia até o final deste ano, tendo como pano de fundo um crescimento de 3 a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) atendendo, assim, às expectativas dos credores internacionais do Brasil, que solicitam um plano para a economia.

Esses indicadores de desempenho nunca deixaram de ser apurados pelo BC e são divulgados através do "Brasil-Programa Econômico", documento elaborado de três em três meses. Desde a ascensão de Funaro a ministro da Fazenda o governo parou, porém, de mencionar nesse documento as metas mensais ou trimestrais, se atendo somente ao que foi realizado no

passado, nos três meses anteriores à divulgação.

A necessidade de financiamento do setor público não financeiro, segundo dados do BC, medida pelos conceitos de déficit nominal ou operacional do setor público, teve a seguinte performance em 1986: caiu de 27,8% do PIB em 1985 para 9,9% do PIB em 1986, queda que se justifica pelo fato de que o déficit (no conceito nominal) é medido pelos empréstimos ao setor público vinculados ao valor das OTN, que ficaram congeladas com o Plano Cruzado. O déficit no conceito operacional mede a mesma necessidade de financiamento, mas exclui as correções monetária ou cambial do saldo dos financiamentos concedidos ao setor público não financeiro. Este, segundo dados do BC, caiu de 4,3% do PIB em 1985 para 2,9% do PIB em 1986 (equivalente, em valores absolutos, a CZ\$ 103,1 bilhões).

Com a fixação de metas para esses indicadores é certo que o ministro da Fazenda implementará medidas para atingir tais metas, mas essas medidas não significam, necessariamente, um novo "choque heterodoxo", conforme vem sendo compreendido.

Bresser Pereira anunciou que é favorável a um "choque", com congelamento temporário de preços e salários, mas deixou bem claro, também, que para este não há prazos. Quanto ao plano de ajuste, o governo espera concluir sua confecção nos próximos trinta dias, prazo que coincide com o término do plano de ação governamental que está sendo elaborado pela Seplan.